

MIRA CENTRO MÉDICO LTDA
CNPJ: 19.090.739/0001-60

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

MIRA CENTRO MÉDICO LTDA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Diretores da
Mira Centro Médico Ltda
Betim - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Mira Centro Médico Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mira Centro Médico Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.



Orplan Auditores Independentes
CRCMG 0478/O CVM 3310

Pedro Alberto de Souza
Contador CRCMG - 032.234/O

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

CNPJ: 19.090.739/0001-60

ATIVO	Notas	dez/24	dez/23	PASSIVO	Notas	dez/24	dez/23
Circulante		104.095	85.276	Circulante		91.410	68.658
Disponibilidades	4	26.384	21.748	Fornecedores	9	25.480	9.596
Clientes	5	8.001	5.029	Salários e encargos sociais	10	15.717	31.434
Estoques	6	37.119	40.797	Empréstimos e financiamentos	11	-	-
Impostos a recuperar	7	30.636	16.551	Impostos a recolher	12	4.055	3.134
Outros valores a receber		1.955	1.150	Outras contas a pagar		46.158	24.494
Ativo Não Circulante		660.933	878.505	Não Circulante		516.650	592.084
Depósitos judiciais		-	73.695	Empréstimos e financiamentos LP	11	516.650	592.084
Investimentos		3.521	-				
Imobilizado	8	657.412	804.811				
				Patrimônio líquido	17	156.968	303.039
				Capital social		1.361.779	861.779
				Prejuízos acumulados		(1.204.811)	(558.740)
Total do ativo		765.028	963.781	Total do passivo		765.028	963.781

Demonstração dos Resultados
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ: 19.090.739/0001-60

	Notas	dez/24	dez/23
Receita líquida de serviços prestados	13	570.385	644.342
Custos dos serviços prestados	14	(939.790)	(634.206)
Lucro(Prejuízo) bruto		(369.405)	10.135
Despesas gerais e administrativas	15	(278.325)	(367.502)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(647.730)	(357.367)
Resultado Financeiro	16	1.658	(13.581)
Resultado não Operacional			
Prejuízo antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(646.071)	(370.948)
Imposto de Renda e Contribuição social		-	-
Prejuízo do Exercício		(646.071)	(370.948)

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ: 19.090.739/0001-60

	dez/24	dez/23
Prejuízo líquido do Exercício	(646.071)	(370.948)
Resultado abrangente total do exercício	(646.071)	(370.948)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ: 19.090.739/0001-60

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.000	-	-	-	(102.127)	(82.127)
Incorporação do Imma Holding	1.250.000	-	-	-	(166.061)	1.083.939
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(327.825)	(327.825)
Redução de capital	(408.221)	-	-	-	408.221	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	861.779	-	-	-	(187.792)	673.987
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(370.948)	(370.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	861.779	-	-	-	(558.740)	303.039
Aumento de Capital	500.000	-	-	-	-	500.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(646.071)	(646.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.361.779	-	-	-	(1.204.811)	156.968

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ: 19.090.739/0001-60

	dez/24	dez/23
Lucro líquido do exercício	(646.071)	(370.948)
Ajustes do resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para perdas estimadas com liquidação de créditos duvidosos	-	-
Provisão para contingências	-	-
Depreciação e amortização	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos	(75.434)	378.931
Emissão/(baixa) de ações em tesouraria	-	-
Baixa de investimentos	-	-
	(721.505)	7.983
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(3.776)	17.939
Estoques	3.678	(40.797)
Impostos a recuperar	(14.085)	(14.827)
Outros ativos circulantes	-	-
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	73.695	(73.695)
	59.513	(111.380)
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	15.884	(11.101)
Obrigações trabalhistas	(15.717)	3.550
Obrigações tributárias a recolher	921	(370)
Outras contas a pagar	21.664	14.494
	22.752	6.573
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(639.241)	(96.824)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	147.398	72.649
Investimentos	(3.521)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	143.877	72.649
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação/(redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	-	-
Aporte de recursos para constituição de capital social	500.000	-
Distribuição de Dividendos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	500.000	-
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.637	(24.175)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.748	45.923
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.384	21.748
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.637	(24.175)

1. Contexto operacional

O MIRA CENTRO MÉDICO LTDA, é uma sociedade limitada, fundada em outubro de 2013 localizada em Betim/MG, com a missão de oferecer serviços à saúde da mulher em um centro especializado em prevenção e diagnóstico de câncer de mama. Investindo em um atendimento diferenciado, pautado na ética e, principalmente, no respeito à vida, o Mira Centro Médico se destaca pelo acolhimento de seus clientes, que além de terem seus anseios ouvidos, encontram um ambiente confiável, seguro e preparado para oferecer todo o suporte necessário aos clientes.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando ocorrerem determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Empresa para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa, não foram identificados outros resultados abrangentes. A não ocorrência destes efeitos abrangentes foi devidamente evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações apresentadas em R\$ (Reais) foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Julgamento por parte da Administração de certas estimativas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

- Imobilizado e
- Partes relacionadas.

Essas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 18 de março de 2025.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma, a saber:

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Empresa estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apropriado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros classificados como ativos mensurados a valor justo por meio do resultado no momento inicial de reconhecimento. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos com o propósito de serem negociados no curto prazo. Os ganhos e perdas dos ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Valor justo

O valor justo dos investimentos que são ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado utilizando-se as cotações de fechamento da data do balanço.

Para aqueles investimentos para os quais não existe mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a utilização de transações recentes entre terceiros independentes, valor de mercado de outro ativo financeiro similar, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, 90 dias ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação deduzidos os descontos de duplicatas e a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (a) a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; (b) uma provável saída de recursos com substância econômica será necessária para liquidar a obrigação, e (c) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser efetuada.

Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido com despesa financeira.

3.6. Outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.7. Reconhecimento da receita de serviços prestados

A Empresa auferir receita de serviços prestados as quais são reconhecidas quando os riscos e benefícios significativos relacionados com a prestação de serviços são realizados e aprovados pelo cliente. As receitas de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

A Empresa não reconhece uma receita quando há uma incerteza significativa da sua realização.

3.8. Reconhecimento de outras receitas e despesas operacionais

As demais receitas e despesas vinculadas a operação da Empresa são reconhecidas quando incorridas e/ou realizadas de acordo com o regime de competência.

3.9. Reconhecimento de resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de resultado financeiro e são escrituradas contabilmente de acordo com o regime de competência.

3.10. Tributação sobre a renda

Por ser uma empresa do Simples Nacional a cobrança de IRPJ é apurado em guia única junto com os demais tributos.

3.11. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 21 - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

- Emissão da norma IFRS 19 - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Empresa está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta alteração nas normas.

- Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. Disponibilidades

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	26.384	12.244
Aplicações financeiras	-	9.503
	26.384	21.748

5. Clientes

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro, está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores de clientes a receber	8.001	5.029
	8.001	5.029

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos	29.868	33.852
Materiais de uso geral	7.251	6.945
	37.119	40.797

7. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
CSSL a recuperar	11.839	6.358
IRRJ a recuperar	18.501	10.193
Impostos diversos a recuperar	296	-
	30.636	16.551

MIRA CENTRO MÉDICO LTDA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Instalações/ imobilização em andamento	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	875.800	-	1.659	877.459
Aquisição	8.909	55.140	1.508	65.557
Depreciação	(124.629)	(11.615)	(1.961)	(138.205)
Baixa	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	760.080	43.525	1.206	804.811
Aquisição	-	-	-	-
Depreciação	(103.572)	-	(302)	(103.874)
Baixa	-	(43.525)	-	(43.525)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	656.508	-	904	657.412
Taxa anual de depreciação:	10%	-	20%	

9. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de medicamentos/serviços/outras	25.480	9.596
	25.480	9.596

10. Salários e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	2.163	8.550
INSS a recolher	2.719	3.386
FGTS a recolher	758	1.153
Provisões de férias e encargos	10.076	18.345
	15.717	31.434

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Cetus Oncologia S.A.	516.650	592.084
	516.650	592.084
Circulante	-	-
Não circulante	516.650	592.084

12. Impostos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	2.499	1.989
Provisão para IR E CSLL	536	555
Impostos diversos a recolher	1.021	591
	4.055	3.134

13. Receita líquida de prestação de serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas bruta de serviços prestados	616.279	696.530
Impostos incidentes e deduções	(45.894)	(52.188)
	570.385	644.342

14. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(125.451)	(105.013)
Materiais de aplicação	(135.081)	(134.934)
Serviços de terceiros	(249.573)	(238.352)
Outros custos	(429.686)	(155.908)
	(939.790)	(634.206)

15. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(3.500)	(4.038)
Pessoal e encargos	(267.151)	(340.870)
Impostos, contribuições e taxas	(7.086)	(21.648)
Outras despesas administrativas e gerais	(587)	(945)
	(278.325)	(367.502)

16. Resultados financeiros líquidos

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	3.665	1.071
Juros recebidos	11	3
	3.676	1.074
Despesas financeiras		
Juros passivos/taxas/multas	(229)	(1.032)
Descontos concedidos	-	(155)
Juros com fornecedores	-	(11.215)
Despesas bancárias	(1.789)	(2.253)
	(2.018)	(14.655)
Resultado Financeiro	1.658	(13.581)

17. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.361.779 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta e nove reais), dividido em quotas, com valor nominal de R\$1 (um real) cada.

b) Lucros, dividendos e reservas

Os lucros líquidos apurados em balanço patrimonial que será realizado em 31 de dezembro de cada ano, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal nos termos do artigo 193, da Lei Societária, até atingir a 20% (vinte por cento) de capital social, limite que não poderá ser excedido, ficará à disposição da Assembleia Geral que

fixará o dividendo a ser distribuído, conforme disposto nos artigos 201 e, seguintes, da Lei citada que, no seu parágrafo primeiro estabelece: Os lucros acumulados de exercícios anteriores e os lucros do período poderão ser distribuídos aos acionistas, periodicamente, de acordo com a legislação tributária vigente, podendo os acionistas determinarem o levantamento de balanço, no curso do exercício financeiro ainda não encerrado, para a apuração e distribuição dos lucros.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e a Administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Administração da Empresa gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre

que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos serviços ofertados pela Empresa, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Empresa aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Empresa, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Empresa é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Empresa, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Empresa.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Empresa, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

19. Seguros

A Empresa não possui contratos de seguros.

20. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Dr. Victor Hugo Lisboa Lopes Rodrigues
Diretor Presidente

Jeferson Ivan Martins Farias
Diretor Financeiro

Warley Alves
Contador CRC-MG 108798-O